

METÁFORA E METONÍMIA NA REVOLUÇÃO DE ABRIL: UM ESTUDO COM DISCURSOS POLÍTICOS

Sara Pita¹

Universidade de Aveiro

Resumo

A cerimónia formal de celebração do 25 de Abril de 1974, cuja primeira ocorrência data de 1977, é marcada pelo discurso do Presidente da República Portuguesa. Nestas intervenções à nação, identificam-se metáforas e metonímias, umas vezes usadas intencionalmente para comunicar de forma mais competente, outras inconscientemente, devido à sua penetração na sociedade. As metáforas e as metonímias, quando decorrentes de uma escolha do falante, permitem não só a confirmação de uma tese, em virtude de induzirem a uma avaliação, bem como a legitimação de ações futuras. Portanto, é lícito afirmar que transcendem o papel ornamental que é atribuído por alguns estudiosos, assumindo uma função argumentativa. O presente artigo pretende expor as metáforas e as metonímias presentes em dois discursos (1977 e 2022), corroborando o pressuposto de Eugenio Coseriu de que existe uma revisitação de objetos culturais já existentes, e discutir o grau de metaforicidade das expressões usadas e a sua intencionalidade comunicativa. Para tal, procede-se à análise dos textos do *corpus* para identificar as principais metáforas e metonímias definidas por autores de relevo a partir dos lexemas que compõem os diversos campos conceptuais. Os dados apontam para a presença de metáforas da GRANDE CADEIA DO SER, da ÁRVORE, da GUERRA em ambos os discursos, bem como de metonímias de INSTITUIÇÃO POR PESSOAS ou DATA PELO

¹ ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8429-4189> ; Email: saratopete@ua.pt

EVENTO. Ademais, verifica-se que algumas expressões metafóricas constituem escolhas objetivas do locutor, mas outras parecem decorrer da sua impregnação na sociedade.

Palavras-chave: metáfora, metonímia, discursos políticos, 25 de abril de 1974, historicidade

Abstract

The formal ceremony celebrating 25 April 1974, which first took place in 1977, is marked by the speech of the President of the Portuguese Republic. In these addresses to the nation, metaphors and metonymies are identified, sometimes used intentionally to communicate more competently, sometimes unconsciously due to their pervasiveness in society. Metaphors and metonymies, when they are the choice of the speaker, allow the confirmation of a thesis, by virtue of inducing an evaluation, as well as the legitimization of future actions. Therefore, it can be said that they transcend the ornamental role attributed by some scholars, assuming an argumentative function. The present study aims to identify the metaphors and metonymies present in two speeches (1977 and 2022), corroborating Eugenio Coseriu's assumption that there is a revisiting of existing cultural objects, and to discuss the degree of metaphoricity of the expressions used and their communicative intentionality. To do so, we started to identify the main metaphors and metonymies defined by prominent authors based on the lexemes that make up the various conceptual fields. The data point to the presence of metaphors of the GREAT CHAIN OF BEING, TREE, WAR in both discourses, as well as metonymies of INSTITUTION BY PEOPLE or DATE BY EVENT. Moreover, some metaphorical expressions are objective choices of the speaker, but others seem to be impregnated in society.

Keywords: conceptual metaphor, political speeches, April 25th 1974, historicity

1. Introdução

O 25 de Abril de 1974 é um dia marcante para Portugal, ditando o final de um regime autoritário liderado por António de Oliveira Salazar e a abertura do país para os direitos humanos e para a liberdade. Com o aproximar da celebração dos 50 anos deste movimento revolucionário, importa voltar a trazer à discussão pública os intervenientes e as intervenções que celebram este evento.

Ao longo dos últimos 49 anos, precisamente desde 1977, tem vindo a realizar-se uma cerimónia formal de celebração do 25 de Abril, que decorre na Assembleia da República e que conta com a presença das mais relevantes figuras do Estado. É marcada pelas intervenções dos líderes dos grupos parlamentares, bem como do Presidente da Assembleia e do Presidente da República, durante as quais se evoca o momento, mas também se reflete sobre o estado do país. Durante estas intervenções, e à semelhança do que ocorre nas mais diversas atividades sociais, nomeadamente na interação informal ou até nos textos de divulgação científica (Semino, 2008), é comum fazer-se uso de metáforas e metonímias, não para fins ornamentais, mas para verbalizar ideias sob a forma de uma representação que, comunicativamente, parece ser mais competente. Trata-se, portanto, mais de uma “transação”, como defende Ricouer (1978, in Charteris-Black, 2004, p.2), do que uma simples transferência de pensamentos, já que ambos os intervenientes têm responsabilidades no processo.

A metáfora e a metonímia, no âmbito da comunicação, podem ter fins argumentativos, pois permitem fundamentar raciocínios a partir das relações de semelhança e de contiguidade que estabelecem (Musolff, 2004). Imagine-se a metáfora A NAÇÃO É UMA FAMÍLIA, cujo guião detalha que o pai é o governo, os filhos são os cidadãos, as decisões são os comportamentos, etc.; aplique-se, agora, o seguinte raciocínio por analogia: o pai é o chefe da família e merece ser respeitado; então, se o Governo é o chefe da nação, também merece

ser respeitado pelos cidadãos. Obviamente, pode contestar-se a dedução, mas muitas vezes estas alinham-se com os valores da sociedade na qual se integra o discurso:

What is hidden or played down in some instantiations of the metaphors are the normative presuppositions (...). These presuppositions are compatible with assumptions in traditional social settings, and will be accepted probably most often without much scrutiny as “true”, “desirable” or at least as “normal.”² (Musolff, 2004, p. 37).

Se em alguns casos, particularmente em intervenções preparadas, as metáforas e as metonímias são usadas deliberadamente, para conduzir o alocutário a uma dada interpretação, em outros momentos são inconscientes, resultado da sua penetração na sociedade. Importa, então, convocar a noção de metaforicidade, estudada por diversos autores (Goatly, 1997; Müller, 2008; Duhn, 2010; Steen, 2004, 2011).

Neste artigo, que constitui um recorte de um estudo mais alargado dos discursos do 25 de abril, analisam-se dois textos, respetivamente de Ramalho Eanes (1977) e de Marcelo Rebelo de Sousa (2022), em busca das metáforas e metonímias aí presentes. Pretende-se não só proceder à sua identificação, mas também verificar se existe uma certa recorrência no seu uso, mesmo transcorrido tanto tempo, na linha da posição defendida por Coseriu (1979), para quem os objetos culturais tendem a revisitar outras manifestações culturais em termos linguísticos. Ademais, discute-se sobre o grau de metaforicidade das expressões usadas e a sua relação com o uso e os objetivos argumentativos.

2. Metáfora e metonímia

Falar de metáfora implica, necessariamente, convocar os trabalhos de Lakoff e Johnson (1980), que advogam a sua presença em toda a sociedade devido à sua ancoragem na

²Tradução: “O que é escondido ou minimizado em algumas instâncias das metáforas são os pressupostos normativos (...). Estas pressuposições são compatíveis com os pressupostos dos contextos sociais tradicionais e serão aceites, provavelmente na maioria das vezes sem grande escrutínio, como “verdadeiras”, “desejáveis” ou, pelo menos, como “normais”.”

experiência humana. Os autores entendem-na como um processo cognitivo, mas esta teoria tem vindo a ser contestada por outros teóricos que não reconhecem a existência de um mapeamento cognitivo perante o uso de certos termos metafóricos (por exemplo, Wierzbicka, 1986); estes, pelo contrário, creem na incorporação das metáforas num acervo mental e textual individual que permite a sua leitura imediata (Gentner e Bowdle, 2001). Silva define metáfora como a “projeção de um domínio conceptual noutra distinto na base de um conjunto sistemático de correspondências por similaridade conceptual” (2006, p.126).

As metáforas devem ser analisadas no seu contexto sociopragmático, porque servem um propósito comunicativo e, como tal, alinham-se quer com a informação contida no discurso, quer com a própria realidade social. Têm o potencial de legitimar ações futuras ou de confirmarem uma dada tese ao criarem uma cena que induz a uma determinada avaliação (Musolff, 2004).

Metaphors may create realities for us, especially social realities. A metaphor may thus be a guide for future action. Such actions will, of course, fit the metaphor. This will, in turn, reinforce the power of the metaphor to make experience coherent. In this sense metaphors can be self-fulfilling prophecies.³ (Lakoff e Johnson, 1980, p.156)

Contudo, para que elas surtam verdadeiro efeito é fulcral que o alocutário perceba a realidade sob a lente da metáfora; por exemplo, a metáfora da guerra só resulta se for possível “converter” a realidade num campo de batalha, com inimigos e armas. Danneski (1997) e Batóreo (2018) falam sobre *competência metafórica*, ou seja, a capacidade de um falante compreender o significado das metáforas, de identificar as informações sobre a vida que comportam e as emoções que denotam.

The seemingly conclusive power of metaphors in analogical arguments is thus dependent on their scenario structure. The scenario (...) depicts a minimal but coherent

³ Tradução: “As metáforas podem criar realidades para nós, especialmente realidades sociais. Uma metáfora pode ser um guia para ações futuras. Essas ações serão, evidentemente, adequadas à metáfora. Este facto, por sua vez, reforça o poder da metáfora para tornar a experiência coerente. Neste sentido, as metáforas podem ser profecias autorrealizáveis.”

scene that is reminiscent of standard situations, which the users are familiar with as part of their shared cultural knowledge.⁴ (Musolff, 2004, p.38)

Como refere Musolff, as aproximações entre diferentes domínios promovidas pela metáfora resultam do conhecimento partilhado do mundo, que permitem estruturar o alvo em termos da origem.

As metáforas constroem-se como *X (domínio-alvo) é Y (domínio-origem)* e podem ser instanciadas a partir de diversas expressões metafóricas. Veja-se o caso de DISCUSSÃO É GUERRA, amplamente discutido por Lakoff e Johnson (1980): o domínio-alvo (discussão) é associado ao domínio-origem (guerra) e concretiza-se em expressões como “atacar os pontos fracos”, “esta proposta era a sua arma”, etc. O uso destas estruturas metafóricas decorre de uma categorização dos seus elementos, ou seja, de uma análise das características do domínio-origem projetadas no domínio-alvo; por exemplo, na expressão “o meu advogado é um tubarão” projeta-se uma característica do animal para o indivíduo (Gentner e Bowdle, 2008).

Lakoff e Johnson (1980) definem três tipologias de metáforas: ontológicas, orientacionais e estruturais. As primeiras aproximam atividades e sentimentos a entidades e substâncias, as segundas atribuem uma orientação espacial a conceitos abstratos, e as terceiras projetam um domínio noutra. Contudo, existem outros tipos, nomeadamente metáforas antropomórficas, animistas, perçetivas, entre outras (Silva, 1992).

Quando uma metáfora é empregue deliberadamente, o locutor convida o alocutário a participar num ato interpretativo de reconstrução de um mapeamento, cujo sucesso está dependente da capacidade de inferência do último (Steen, 2011). Porém, tal como defende Kövecses (2002), existem algumas formas convencionadas que se vão disseminando e, inclusivamente, cristalizando. Daí que alguns autores, como Duhn (2010), declarem a

⁴ Tradução: “O poder aparentemente conclusivo das metáforas na argumentação analógica depende assim da sua estrutura de cenário. O cenário (...) representa uma cena mínima, mas coerente, que faz lembrar situações padrão, com as quais os utilizadores estão familiarizados como parte do seu conhecimento cultural partilhado.”

existência de algumas expressões percebidas como mais metafóricas do que outras, o que está associado à ideia de vagueza, ou seja, quanto mais vago e menos apto a ser parafraseado, mais metafórica parece ser uma expressão. Esta classificação decorre, por um lado, do uso e, por outro, da competência.

Emerge deste contexto a noção de metaforicidade (possibilidade uma metáfora ser entendida como tal), encontrada, por exemplo, em Black (1993), Pauwels (1995), Goatly (1997), Steen (2004). Duhn (2010) procura analisar a metaforicidade de uma expressão a partir de duas propriedades: a força (a dimensão da metáfora) e a densidade (a recursividade de metáfora na expressão). A partir de exemplos relacionados com a metáfora conceptual DISCUSSÃO É GUERRA, procura demonstrar a flutuação existente:

- a) A Maria contestou o argumento do João.
- b) A Maria destruiu o argumento do João.
- c) A Maria empunhou a sua arma mais forte: os resultados da autópsia.

A frase (c) é mais densa do que (b), dado que vários elementos são transportados para o domínio-origem, particularmente “empunhou” e “arma”.

Até ao momento, apresentou-se a metáfora, mas importa também falar da metonímia, por ser “extremamente frequente e regular na linguagem e no pensamento” (Silva, 2006, p.137). Enquanto na metáfora está patente uma relação de similaridade, a metonímia é marcada por uma relação de contiguidade, pois envolve o mesmo domínio conceptual. Silva (2006, p.143), recuperando Blank (1999), explica que as metonímias surgem da necessidade/vontade de garantir o “sucesso cognitivo e comunicativo” e de minimizar “o esforço linguístico”, fortalecendo a ideia de que servem propósitos comunicativos e, como tal, não podem ser separados do seu contexto de produção.

Na metonímia, *X está por Y*, por exemplo, CONTEÚDO POR CONTINENTE (em “passa-me a água”) e CONTINENTE POR CONTEÚDO (“beber um copo”). Portanto, trata-se de realizar “várias associações nos domínios espacial, temporal e causal. Só assim

tipos diferentes de associações como parte-todo, continente-conteúdo, antecedente-consequente, objeto-propriedade, causa-efeito, etc., podem ser categorizadas como contíguas” (Silva, 2006, p.120).

Ao conceito de metonímia estão associados outros dois, introduzidos por Langacker (1993), especificamente *ponto de referência* e *zona ativa*. No entender deste autor, a contiguidade é possível em virtude da ativação mental de uma zona específica de X envolvida numa dada situação. Por exemplo, em “a Assembleia da República encerrou a sessão” temos a metonímia INSTITUIÇÃO POR PESSOAS (X POR Y), cujo ponto de referência (PR) é “Assembleia da República” e a zona ativa (ZA), deputados.

De acordo com Silva (2006), as relações metonímicas mais comuns são: lugar-instituição, lugar-evento, instituição-pessoas, parte-todo, continente-conteúdo, produtor-produto, material-objeto, instrumento-agente, causa-efeito. Ao contrário da metáfora que é unidirecional (DISCUSSÃO É GUERRA e não GUERRA É DISCUSSÃO), a metonímia pode ocorrer nas duas direções (CAUSA-EFEITO ou EFEITO-CAUSA).

3. Metodologia

A atividade política faz uso da metáfora e da metonímia não só para promover uma aproximação com o cidadão, mas também como um recurso para a construção de cenas indutoras que, por norma, estão ao serviço da argumentação. Estes dois mecanismos estão frequentemente interligados, como defende Goossens (2003), autor que introduz o conceito de “metaftonímia”, podendo observar-se *metonímias dentro de metáforas e metáforas a partir de metonímias*. Seguindo este pressuposto, neste artigo, analisam-se as metáforas e metonímias em dois discursos políticos proferidos pelo Presidente da República, inseridos na celebração da Revolução dos Cravos que decorre, anualmente, na Assembleia da República Portuguesa. Um dos discursos data de 1977, altura em que presidia António Ramalho Eanes, e outro de 2022, sob a presidência de Marcelo Rebelo de Sousa. A seleção destes dois discursos procura

responder a uma questão: será que determinadas metáforas e metonímias são usadas por diferentes atores políticos em períodos históricos diferentes? Pressupõe-se que exista uma certa regularidade, pois, tal como defendido por Eugenio Coseriu (1979), os objetos culturais tendem a revisitarem-se, mas importa confirmar ou infirmar esta suposição.

Metodologicamente, o trabalho dividiu-se em várias etapas:

- 1) Listagem de metáforas usadas em textos políticos, com base nos estudos de Lakoff (2003), Charteris-Black (2004) e Chilton (1996), tais como: GUERRA, COMUNICAÇÃO, TRANSPORTE, GRANDE CADEIA DO SER, ÁRVORE, CONTENTOR, etc.
- 2) Estabelecimento das relações metonímicas mais comuns, identificadas por Silva (2006);
- 3) Reconhecimento de metáforas e metonímias a partir da presença de lexemas que compõem os diversos campos conceptuais;
- 4) Análise e discussão do grau de metaforicidade das expressões usadas.

As etapas iniciais têm como objetivo não só reduzir a lista de elementos a analisar, mas também relacionar as metáforas com a prática social, pois entende-se que toda a análise textual deve ser situada.

...words only have meanings when they are put into context. In isolation, they have meaning potentials, which are composed of any number of fuzzy semantic components, some or all of which are activated when the word is used.⁵ (Hanks, 2007, p.2)

Uma vez definidas as metáforas e metonímias mais comuns em discursos políticos, procurou-se identificar as expressões que as concretizam manualmente. Isto porque a análise dos lexemas por via de um *software* de concordância, pode dar origem a dados erróneos devido

⁵ Tradução: “...as palavras só têm significado quando são colocadas em contexto. Isoladamente, têm potenciais de significado, que são compostos por um grande número de componentes semânticos difusos, alguns ou todos ativados quando a palavra é usada.”

à não distinção entre leitura literal e figurada. No entanto, assume-se que o trabalho centrado no analista pode acarretar algum enviesamento, apesar dos esforços para o evitar.

Para discutir o grau de metaforicidade das expressões, tomam-se de empréstimo os critérios defendidos por Duhn (2010) e também por Hanks (2007): a) quanto maior for o esforço exigido ao ouvinte para estabelecer a relação entre os dois domínios, maior o seu grau de metaforicidade; b) quanto maior a frequência de uma expressão metafórica, menor o seu grau de metaforicidade. Por outras palavras, a frequência e a proximidade são contrárias à figuratividade.

4. Análise e resultados

4.1. Discurso de Ramalho Eanes – 1977

Ramalho Eanes (RE) teve um papel importante no pós-Revolução dos Cravos devido à sua ligação a alguns dos oficiais que lideraram o processo revolucionário, nomeadamente António de Spínola e Otelo Saraiva de Carvalho. De acordo com informação partilhada pelo sítio oficial da Presidência da República, RE preparou “os planos operacionais de repressão” da tentativa de golpe de Estado e implementou-os a 25 de novembro de 1975. Depois disto, assumiu a Presidência da República, apesar da sua inexperiência política, inicialmente em decurso do 2.º Pacto MFA/Partidos e, posteriormente, através de eleições presidenciais legítimas, em 1976. A sua liderança foi marcada pela vontade de atenuar as diferenças políticas, apresentando-se como o “Presidente de todos os portugueses”, postura que vem sendo replicada pelos seus sucessores.

Este breve enquadramento histórico serve para situar a sua intervenção, quer no rescaldo da Revolução dos Cravos, quer no percurso político do locutor, porque todo o texto deve ser contextualizado socio-historicamente.

O discurso que se analisa de seguida, corresponde à sua primeira intervenção na celebração formal do 25 de Abril, em 1977, e começa do seguinte modo:

Esta cerimónia marca o *ponto mais alto* nos actos com que o povo português tem vindo a celebrar o 25 de abril. Nos dois anos anteriores o povo celebrou-o exercendo os direitos reassumidos: votou – e através do seu voto *ergueu as traves-mestras* da nova sociedade.

Hoje, plenamente instituídos os órgãos do Poder, a *Assembleia da República*, que em si consubstancia a própria democracia pluralista, culmina as celebrações com esta sessão em que *o País está presente* nos seus mandatários e nos seus responsáveis.

Pesam sobre a nossa geração sacrificada as agonias do império, as *dores* de uma nova sociedade que renasce nos limites do corpo primitivo e o sofrimento de um povo em diáspora no mundo que ajudou a conhecer-se.

(...) *Esta Assembleia da República* recebeu do povo o encargo de traduzir os ideais da Revolução na realidade concreta do dia-a-dia dos cidadãos.

Neste trecho, é possível identificar várias expressões que consubstanciam diferentes metáforas e metonímias. Em primeiro lugar, usa-se a expressão “ponto mais alto” para realizar uma metáfora estrutural (IMPORTANTE É ACIMA). O adjetivo “alto” reproduz uma escala de avaliação axiológica, marcada por duas fronteiras (alto = importante; baixo = irrevelante), que condiciona, logo à partida, o modo como o discurso deve ser encarado pelo ouvinte.

De seguida, convoca-se o submapeamento A SOCIEDADE É UMA CASA, recuperando os elementos constitutivos de uma casa, especificamente as “traves-mestras”, componente estrutural que sustenta as cargas de uma construção. O recurso a esta expressão metafórica desencadeia as seguintes projeções:

- a construção de uma casa corresponde à construção de uma nova sociedade democrática;
- as traves-mestras correspondem aos valores fundamentais;
- os construtores correspondem ao povo;
- a casa corresponde à sociedade democrática.

Esta metáfora da construção de uma casa é retomada ao longo do texto, por duas vezes, como a seguir se reproduz:

Que é feito das *torrentes de alegria* com que nos lançamos na *construção dum país diferente*,
duma pátria renovada?

O 25 de Novembro permitiu que a Constituição da República viesse a definir os objectivos,
as metas, e os *caminhos que hão-de guiar o povo português* e mobilizar o seu esforço na
construção de um país mais rico e mais igual para legar às gerações que despontam nos
horizontes da vida. (...) A essa responsabilidade corresponde uma função essencial — a
condução do processo democrático.

O uso recorrente destas expressões metafóricas pode promover a perda da carga metafórica; no entanto, entende-se que ainda existe uma distância semântica entre os dois domínios, sobretudo no primeiro excerto, devido à tecnicidade do termo empregue.

Além das metáforas, é possível identificar algumas metonímias, em particular INSTITUIÇÃO POR PESSOAS, EFEITO PELA CAUSA, DATA PELO EVENTO. Relativamente à primeira metonímia, a “Assembleia da República” surge no texto em substituição dos deputados que a integram; importa referir que, no entender da investigadora, existe uma referência à instituição e não ao lugar, devido ao uso do verbo “receber” que contém um traço semântico [+humano]. Esta metonímia é frequente nos discursos políticos, bem como PARTE-TODO, para fazer referência aos organismos e aos intervenientes políticos, muitas vezes como forma de atenuar a responsabilidade individual ou de promover um sentido de unidade. Já a metonímia EFEITO-CAUSA é construída a partir do lexema “dores”, pois remete para um efeito fisiológico provocado por um dado evento. Neste caso, e considerando o contexto socio-histórico que subjaz a este discurso, infere-se que a causa é a ditadura e tudo o que ela acarreta para a sociedade e para os cidadãos. Por fim, a metonímia DATA-EVENTO, que é possível identificar no último excerto partilhado, recorre à data

para referir o evento (25 de Abril – fim da ditadura; 25 de Novembro – tentativa de golpe de Estado, respetivamente).

E uma vez que se está a falar do último excerto, é de destacar a metáfora do transporte, aí materializada na expressão “condução do processo democrático”, atribui aos deputados o papel de “condutores”. Considera-se que, cognitivamente, o uso destes lexemas induz a uma leitura metonímica, pois transferem-se as qualidades/os defeitos de um “condutor”, isto é, a avaliação de competências para o domínio-alvo; assim, um “bom condutor”, no plano político, corresponde a um indivíduo que exerce, com sentido de responsabilidade, as suas funções, e um “mau condutor” será precisamente o contrário.

Prossiga-se a leitura do discurso com mais um trecho:

O desencanto que se apodera já de muitos *é fruto de* três anos de hesitações e erros: que é feito da fraternidade que encheu as ruas e os campos deste país? (...)

Somos de facto uma geração de sacrifício.

Mas é imperativo *reanimar* este país e organizar o esforço dos seus cidadãos para que os ideais de Abril não venham a ser um sonho traído.

No seu trajecto histórico o povo português teve de *enfrentar* momentos difíceis, *vencer* crises, *derrotar inimigos* e *defender* a independência da Pátria, a identidade cultural, a dignidade da Nação. Hoje, como tantas vezes no passado, são muitas as dificuldades a *vencer* para merecer o esforço daqueles que conquistaram o respeito do Mundo; para dar um sentido aos duros sacrifícios que se exigem a todos os Portugueses.

A colocação “é fruto de”, que surge na linha inicial, é comum na interação quotidiana, razão pela qual se perdeu a noção da sua metafóricidade; contudo, existe uma associação entre “fruto” e resultado. Para além desta, é possível encontrar outras metáforas do mundo agrícola nos textos políticos, como mais à frente se volta a demonstrar.

O segundo parágrafo do trecho acima contém a metáfora A NAÇÃO É UMA PESSOA, que pertence à estrutura da GRANDE CADEIA DO SER. Trata-se de uma

metáfora comum no discurso político (Lakoff, 2003), usada aqui de forma consciente, dado que o locutor inclusivamente a explica, através destas palavras:

Uma nação é um corpo que só colectivamente se justifica, conquistando o direito à existência independente pelo esforço conjugado de todos.

A personificação, que constitui a base para a formação desta metáfora, permite que se explorem diferentes experiências: físicas, emocionais, sociais, etc. Dependendo do ângulo abordado, outras conceptualizações podem ser geradas. Por exemplo, ao usar o verbo “reanimar”⁶ induz-se à conceptualização de uma pessoa em perigo, em sofrimento. A vitimização do país cria um cenário patémico que visa impulsionar a ação do público.

No último parágrafo do trecho, encontram-se diversos lexemas que corporizam a metáfora da Guerra, nomeadamente *enfrentar*, *derrotar inimigos* ou *defender*. De facto, a ação dos políticos é vista como uma guerra ideológica, de palavras e de ações, que coloca em confronto duas entidades: “o povo português” *vs* “inimigos” (termo vago que permite diferentes interpretações dependendo do imaginário individual), “as forças democráticas” *vs* “forças ditatoriais”, o “governo” *vs* “a oposição”. Vejam-se outros exemplos, extraídos do mesmo texto:

A disputa política quase levou à *confrontação violenta* entre as *forças* empenhadas na democracia pluralista e as *forças* interessadas em novas ditaduras.

Será *querela* inútil pretender basear nas leis fundamentais do País *novas guerras* da disputa do Poder.

Considera-se que a escolha desta metáfora é intencional, não obstante ser muito comum nesta atividade social, porque potencia a criação de uma imagem do locutor e legitima as suas ações. Concretamente, a representação do imaginário da guerra chama à cena duas entidades – um herói e um vilão; a intenção do locutor é sempre aproximar-se da figura

⁶ Cf. verbete do dicionário Infopédia: “restabelecimento das funções vitais que se encontram momentaneamente em risco”.

heroica, justificando todas as suas ações em defesa do bem-comum, e diferenciar-se do seu adversário político, no qual faz recair diversos defeitos.

Portugal viveu *inundado de palavras e embriagado de promessas*.

Do *vaivém dos profetas da abundância* ficou-nos um país empobrecido e um povo atónito.

O que antes lhe era negado, invocando as várias heranças, passou agora a ser adiado, invocando a crise.

O povo português aceita as consequências do *passado que sepultou*, conhece no seu quotidiano as dificuldades do presente e vê cada vez mais incerto o futuro. Não aceita, porém, a fatalidade da crise, do *plano inclinado do empobrecimento*, do regresso a piores condições de vida.

Neste excerto, para além da personificação de Portugal, a quem se atribui a capacidade de “viver” e de “se embriagar” (aqui ainda mais relevante porque implica vontade própria para exercer a ação), identificam-se também diferentes metáforas. Comece-se pela metáfora ontológica do contentor: “Portugal” é configurado como uma entidade com limites físicos (o *contentor*), ao passo que as “palavras” e as “promessas” são configuradas como *substâncias*. Repare-se que as duas substâncias são distinguidas pelos seus compostos – as “palavras” são equiparadas a água e as “promessas” a álcool – o que consubstancia uma avaliação negativa das últimas. Ademais, promove duas leituras do *contentor*: por um lado, “Portugal” é visto como um objeto-território, com fronteiras físicas e capacidade definidas, logo o verbo “inundar” remete para o ato de ultrapassar os limites; por outro lado, “Portugal” é visto como um objeto-pessoa, capaz de sentir o impacto físico da embriaguez, especificamente, a perda de clarividência.

Além desta, observa-se ainda uma outra metáfora ontológica que encara a atividade de discursar, de exercer a política, como um “vaivém”. O lexema, que significa uma nave especial destinada a viajar entre a Terra e a sua órbita, faz emergir a metáfora da comunicação (Lakoff e Johnson, 1980), que pode ser explicada da seguinte forma: o emissor expressa as

suas ideias (objetos) através de palavras (contentores) enviadas por um canal (ar), com recurso a um meio de transporte (vaivém), para um destinatário. Partindo da característica deste meio de transporte (o movimento pendular), o locutor partilha a sua apreciação da situação: entende-a como uma ação negativa, por ser constante e cíclica.

A metáfora do “vaivém” está entrelaçada com a conceptualização de alguns políticos como “profetas”, aqui tomados com um sentido negativo, fruto da própria avaliação cultural. O “profeta”, aquele que adivinha o futuro por inspiração divina, insere-se no campo da fé, opondo-se à ciência, ao campo da lógica. Através desta metáfora, Ramalho Eanes distingue os políticos lógicos dos políticos-profetas e induz ao seguinte raciocínio avaliativo: os profetas são maus políticos e os lógicos são bons.

Segue-se mais uma metáfora que pertence à GRANDE CADEIA DO SER, mas que tem como domínio-alvo o TEMPO. Na verdade, é uma conceptualização frequente, encontrando-se no quotidiano outras expressões que a materializam, nomeadamente “o dia é uma criança” ou “nascer do dia”. Neste caso, remete-se para um evento que marca o fim da vida (a sepultação), logo o tempo é uma entidade que passa pelas mesmas fases que o ser (nascimento, vida e morte). Importa aqui referir o verbo escolhido, que denota um vínculo cultural; em Portugal, a sepultação é o procedimento habitual, mas se formos para outras culturas, esta situação pode mudar; isto vem demonstrar, como aliás se defende, que todo o texto sem de ser situado.

Para concluir a análise do trecho acima partilhado, uma breve palavra sobre a expressão “plano inclinado do empobrecimento”, que concretiza a metáfora A VIDA É UM TERRENO⁷. As projeções que dela advêm podem ser assim resumidas: a inclinação do terreno corresponde ao percurso de vida, portanto quanto mais inclinado, mais difícil é o percurso.

⁷ Esta metáfora surge com alguma frequência em textos políticos, materializada em expressões como “terreno fértil”, “terreno árido”, entre outros.

No início da análise deste discurso, identificou-se uma metáfora associada ao mundo agrícola, o que é justificável pelo facto de a agricultura ser um setor de grande relevo para a economia no ano em que o discurso foi proferido. Veja-se uma nova ocorrência:

Persistem, é certo, os efeitos das *sementeiras de violência e de ódio* e as consequências da desorganização do aparelho de Estado, programada e sistematicamente executada pelos assaltantes do Poder.

Neste caso, retoma-se um ato/momento da vida agrícola – a sementeira – para representar, visualmente, a situação política e social que se vivia. Uma sementeira refere-se quer ao ato/efeito de semear, quer à terra semeada, portanto a leitura pode apontar quer para o surgimento de discursos de ódio e de incitação à violência, quer para a existência comprovada destes casos. A metáfora A VIDA É UM TERRENO integra o subdomínio A VIOLÊNCIA É UMA SEMENTE, com bastante uso nos discursos quotidianos, por exemplo, “semear a discórdia” ou “sementes de destruição”, entre outros.

O locutor, possivelmente, convoca esta metáfora e seleciona esta expressão metafórica para que o seu público o entenda, o que vem corroborar a ideia anteriormente partilhado do uso das metáforas para tornar o discurso mais acessível.

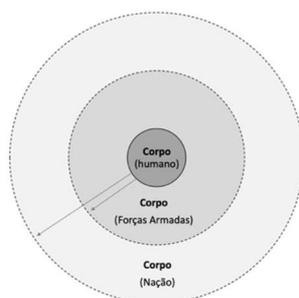
4.2. Discurso de Marcelo Rebelo de Sousa – 2022

Em 2022, Marcelo Rebelo de Sousa dedicou a sua intervenção na Assembleia da República às Forças Armadas, em virtude da sua atuação durante o período pandémico, mas também perante a ameaça que a Guerra na Ucrânia coloca a todos os países. O tema é assim introduzido:

Hoje, falo do que vem de muito antes de Abril. Vem do começo de Portugal. Mesmo se só tem 700 anos no mar, 400 anos dos quais como *corpo* permanente e organizado, muitos séculos em terra e um século no ar. São as nossas Forças Armadas, garantes da independência, da soberania, da integridade e da unidade da nossa Pátria.

O lexema “corpo” tem vindo a ser amplamente utilizado, quer no plano jornalístico, quer no plano político, para referir o conjunto de polícias/militares que funciona como um todo organizado, o que contribui para o esvaziamento da metáfora. No entanto, considera-se que, inicialmente, houve um processo cognitivo de transação entre domínios que permite a consideração as FORÇAS ARMADAS COMO UMA PESSOA. Esta metáfora justifica-se pela organização e unidade desta entidade nacional, formada por indivíduos organizados em prol de um objetivo comum, regidas por uma rede hierárquica e um sistema de regras, sob a autoridade do Ministro da Defesa e do Chefe de Estado. O facto de esta metáfora estar trivializada na sociedade, leva a considerar que o seu uso não foi propositado ou, dito de outra forma, não existia uma intencionalidade comunicativa, como sucede, por exemplo, na metáfora A NAÇÃO É UMA PESSOA. Analisando a distância semântica das duas expressões em relação ao seu núcleo prototípico, é lícito afirmar que a noção da metaforicidade da primeira é menor do que esta.

Figura 1 - Distância semântica entre núcleo e usos metafóricos



Fonte: elaboração própria

As Forças Armadas são, portanto, personificadas, atribuindo-lhes capacidades que apenas são próprias dos humanos, como revela o uso dos verbos “ajudar”, “prevenir” ou “apoiar” (ver próximo excerto), por via da conceptualização metonímica INSTITUIÇÃO POR PESSOAS. Aplicando as noções de Langacker (1993), o ponto de referência desta

metonímia corresponde a “Forças Armadas” e a zona ativa, a “militares”, estes capazes de executar as ações supramencionadas.

São as Forças Armadas, não os únicos, mas dos principais garantes dessa Paz. Mais visivelmente ainda em tempo de guerra. Mesmo se não *entram nessa guerra*. Previnem, ajudam a construir e preservam, mesmo *ali ao lado*, a Paz possível e desejável. Mas fazem mais. Muito mais. *Cá dentro*. Desinfetam lares e escolas, organizam vacinação nacional em pandemia. Apoiam em incêndios florestais, cheias, catástrofes naturais.

Ao realizar a leitura deste trecho, o cidadão comum não identifica, provavelmente, algumas metáforas aí presentes, pela sua vulgarização. Casos como “entrar nessa guerra”, “mesmo ali ao lado” ou “cá dentro” são tão frequentes no quotidiano que se foi perdendo a noção da sua metaforicidade, mas todos constituem expressão de metáforas ontológicas. Em primeiro lugar, associa-se a guerra a um contentor, dado que é conceptualizada como um espaço fechado, no qual é possível “entrar”; de seguida, apresenta-se a Europa como um contentor, cujas partes (entenda-se países) podem ser identificadas pela sua localização; por fim, promove-se a leitura de Portugal como um contentor, com fronteiras delimitadas (dentro vs fora). O recurso ao imaginário do contentor é interessante, especialmente tal como é apresentado aqui, porque parece apontar para uma oposição entre duas realidades, isto é, a proximidade entre Portugal e um país em guerra (“ao lado”) e a separação de Portugal face aos outros, por causa das suas fronteiras físicas (“cá dentro”).

Já que se fala em guerra e na Europa, recupera-se um trecho, no qual se identifica uma metáfora próxima a uma que foi empregue no discurso de Ramalho Eanes (a da vida agrícola).

Esta guerra não foi a única que conhecemos na Europa, já depois de Abril de 1974. Mas pode vir a ser a mais brutal em refugiados forçados a terem de *cortar as suas raízes*, e, também, a mais universal nos seus efeitos em quase meio século.

A metáfora O HOMEM É UMA ÁRVORE permeia a nossa vida quotidiana e permite, de acordo com Abramova et al. (2021), descrever diferentes esferas da atividade humana. Neste caso, o homem é associado a uma planta, projetando-se o seu país de origem e a sua cultura como as raízes, órgãos vitais para a sua sustentação enquanto indivíduo.

No trecho acima, a guerra é real, ou seja, o lexema está a ser usado no seu sentido denotativo; porém, também há evidências do seu uso conotativo.

Servir a Pátria desde sempre. Foi traçar o nosso território Continental. E partir para as Ilhas. E atravessar Oceanos e contactar Continentes. E quase perder, ou perder mesmo, a independência. E reconquistá-la, tempo após tempo, geração após geração. *E perder batalhas. E guerras. Mas ganhar umas e outras. Nas armas, na diplomacia, na economia, no tecido social. Mas também na língua, na cultura, nas pessoas.* Sim, porque as batalhas como as guerras se perdem e ganham nas pessoas, com elas e para elas.

Aqui apresentam-se vários subdomínios da estrutura de nível superior A VIDA É UMA GUERRA, em específico A DIPLOMACIA É UMA GUERRA ou A ECONOMIA É UMA GUERRA. Repare-se que o locutor colocou no mesmo patamar diferentes atividades sociais, demonstrando que todas têm pontos de interseção com o mesmo domínio de origem.

Tal como, cada vez mais por esse mundo fora – que são as Nações Unidas – as fronteiras da Paz, da Segurança, da Liberdade, da Igualdade, da *luta contra a miséria e a pobreza* e pela ação climática, são as nossas fronteiras.

Para concluir, apresenta-se um excerto que contém a expressão “identidades forjadas”.

É uma comunidade de vida, de cultura, de língua, de *identidades forjadas* na diversidade, a que muitos chamam Nação, mesmo se o nosso Estado é, há muito, plurinacional? É, mas é mais do que isso.

Trata-se de uma expressão que concretiza uma metáfora ontológica, na qual se estabelece a relação entre um conceito e um material (A IDENTIDADE É UM

MATERIAL). O verbo “forjar”, que significa trabalhar um metal (ferro, ouro ou outro) pela ação do calor, procura ilustrar o processo complexo que subjaz à formação das identidades. Não só remete para a dificuldade e o tempo que o processo implica, mas também ao valor das identidades, o que denuncia uma outra projeção metafórica, a partir de uma escala de avaliação axiológica (em que ouro corresponde a + valor).

5. Considerações finais

As metáforas e as metonímias, como defendido por Lakoff e Johnson (1980), estão presentes na nossa vida quotidiana e são uma forma de comunicarmos com os outros. Se algumas não são percebidas como tal, e, portanto, os seus objetivos comunicativos podem ser questionados, existem outras cuja metafóricidade ainda é reconhecida pelos falantes. Neste artigo, pretendeu-se observar se existiam regularidades no uso das metáforas e das metonímias em dois textos, separados por mais de quatro décadas, como parte de um estudo alargado sobre os discursos do 25 de Abril.

Ao longo da exposição, procurou-se demonstrar que algumas metáforas e metonímias são comuns aos dois textos, como se pode observar nos próximos quadros.

Quadro 1 - Comparação das metáforas em uso nos dois discursos

Metáforas	
Ramalho Eanes (1977)	Marcelo Rebelo de Sousa (2022)
Nação / Tempo como pessoa	Forças Armadas como pessoa
Homem / política como elemento natural	Homem como elemento natural
Portugal como contentor	Portugal como contentor
Palavra como substância	Identidade como substância
Discussão como guerra	Discussão como guerra

Quadro 2 - Identificação das metonímias em uso nos dois discursos

METONÍMIA		
LUGAR POR PESSOAS	PR: Portugal	ZA: cidadãos
INSTITUIÇÃO POR PESSOAS	PR: Forças Armadas PR: Assembleia da República	ZA: militares ZA: deputados
DATA POR EVENTO	PR: 25 de Abril PR: 25 de Novembro	ZA: revolução ZA: tentativa de golpe de Estado

No entanto, também foi possível detetar algumas diferenças, por exemplo, uma maior frequência de metáforas agrícolas em Ramalho Eanes. Este fenómeno justifica-se pela adequação ao tempo e ao contexto situacional, pois todos os textos são um produto concreto que decorre das e nas diversas atividades sociais.

Verificou-se, igualmente, que a escolha de algumas metáforas parece ser deliberada e que tem objetivos persuasivos, em especial a construção de uma imagem do locutor ou a justificação de certas ações.

Considera-se que seria interessante alargar o estudo a mais textos, a fim de verificar a existência de alterações no padrão de uso das metáforas e a relação entre metáforas e determinados locutores.

Referências

- Abramova, E., Pavlycheva, E., Tarasova, O. & Tsilenko, L. (2021). Man-tree metaphor in British linguoculture. *E3S Web of Conferences*, 284, 1-12. <https://doi.org/10.1051/e3sconf/202128408009>
- Batoréo, H. (2018). Aquisição/ aprendizagem da competência metafórica no contexto do Português Língua Não Materna: importância da reestruturação conceptual na expressão de emoções e

- valores. In Henrique Barroso (ed.), *O Português na Casa do Mundo, Hoje* (53-79). Humus, Babelium Centro de Línguas/ Universidade do Minho.
- Black, M. (1993). More about metaphor. In Andrew Ortony (ed.), *Metaphor and thought* (19-41). Cambridge University Press.
- Blank, A. (1999). Co-presence and succession: A cognitive typology of metonymy. In Klaus-Uwe Panther & Günther Radden (eds.), *Metonymy in Language and Thought* (169-191). John Benjamins
- Charteris-Black, J. (2004). *Corpus Approaches to Critical Metaphor Analysis*. Palgrave Macmillan.
- Chilton, P. (1996). *Security Metaphors: Cold War Discourse from Containment to Common House*. Peter Lang Inc.
- Coseriu, E. (1979). *Sincronia, Diacronia e História. O Problema da Mudança Linguística*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Danesi, M. (1992). Metaphorical competence in second language acquisition and second language teaching: The neglected dimension. In James E. Alatis (Ed.), *Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics* (125-136). Georgetown University Press
- Dunn, J. (2010). Gradient semantic intuitions of metaphoric expressions. *Metaphor and Symbol*, 26:1, 53-67. <https://doi.org/10.1080/10926488.2011.535416>
- Gentner, D. & Bowdle, B. (2001). Convention, form, and figurative language processing. *Metaphor and Symbol*, 16 (3-4), 223–247. https://doi.org/10.1207/S15327868MS1603&4_6
- Goatly, A. (1997). *The language of metaphors*. Routledge.
- Goossens, L. (2003). Metaphonymy. The interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action. In R. Dirven & R. Porings (Eds.), *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast* (349-378). Mouton de Gruyter.
- Hanks, P. (2007). Metaphoricity is Gradable. In A. Stefanowitsch & S. Gires (Eds.), *Corpora in Cognitive Linguistics. Vol.1: Metaphor and Metonymy* (17-35). Mouton de Gruyter.
- Kövecses, Z. (2002). *Metaphor: a Practical Introduction*. OUP.
- Lakoff, G. (2003). *Metaphor and War, Again*. UC Berkeley. <https://shorturl.at/kotKN>
- Lakoff, G. & Johnson, M. (1980). *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press.

- Langacker, R. (1993). Reference-Point Constructions. *Cognitive Linguistics* 4, 1-38.
<https://doi.org/10.1515/cogl.1993.4.1.1>
- Müller, C. (2008). *Metaphors dead and alive, sleeping and awaking: a dynamic view*. The University of Chicago Press.
- Musolff, A. (2004). *Metaphor and Political Discourse. Analogical Reasoning in Debates about Europe*. Palgrave Macmillan.
- Pauwels, P. (1995). Levels of metaphorization: the case of “put”. In Louis Goossens et al. (Org.). *By word of mouth: metaphor, metonymy and linguistic action in a cognitive perspective* (125-158). John Benjamins.
- Semino, E. (2008). *Metaphor in Discourse*. Cambridge University Press.
- Silva, A. S. (1992).
- Silva, A. S. (2006). *O Mundo dos Sentidos em Português. Polissemia, Semântica e Cognição*. Coimbra: Almedina.
- Steen, G. (2004). Can discourse properties of metaphor affect metaphor recognition? *Journal of Pragmatics*, v. 36, n. 7, 1295–1313.
- Steen, G. (2011). The Contemporary Theory of Metaphor: Now New and Improved. *Review of Cognitive Linguistics*, 9, 43, 26-64. <https://doi.org/10.1075/rcl.9.1.03ste>
- Wierzbicka, A. (1986). Human emotions: Universal or culture-specific. *American Anthropologist*, 88(3), 584–594. <https://shorturl.at/tGJX9>

SÍTIOS PARA RECOLHA DOS DISCURSOS QUE CONSTITUEM O CORPUS:

Presidência da República Portuguesa. (2023). <https://www.presidencia.pt/>

Assembleia da República. (2023). Livros On Line.
<https://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/DP/pdf/dp.pdf>